



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 15374.901522/2008-15
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° **1001-000.960 – Turma Extraordinária / 1ª Turma**
Sessão de 08 de novembro de 2018
Matéria PERDCOMP
Recorrente RADCOM SERVIÇOS DE INTERNET LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2003

PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. ESTIMATIVA MENSAL. INEXISTÊNCIA.

O recolhimento de estimativa mensal IRPJ somente se caracteriza como indevido ou a maior quando efetuado em valor superior ao apurado para o mês com fundamento na legislação tributária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao Recurso Voluntário, nos termos do relatório e do voto.

(Assinado Digitalmente)

Lizandro Rodrigues de Sousa - Presidente e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Lizandro Rodrigues de Sousa (presidente), Edgar Bragança Bazhuni, José Roberto Adelino da Silva e Eduardo Morgado Rodrigues.

Relatório

Trata-se de Declaração de Compensação (PER/DCOMP), e-fls. 02/06, de n. 07161.14221.121103.1.3.04-2307, Data de Transmissão 12/11/2003, através da qual o

contribuinte pretende compensar débitos de sua responsabilidade com créditos decorrentes de pagamentos supostamente indevidos (IRPJ-estimativa, período de apuração 31/12/2002, recolhido em 31/01/2003, no valor original de R\$ 4.168,54).

O pedido foi indeferido, conforme Despacho Decisório n. 57788258, de 24/04/2008 (e-fl. 08), que analisou as informações e concluiu que o crédito estava integralmente utilizado na quitação do IRPJ estimativa PA 12/2002, bem como determinou a não homologação da DCOMP em análise. O contribuinte apresentou manifestação de inconformidade (e-fl. 09) alegando que efetuou recolhimentos mensais de IRPJ e CSLL por estimativa no ano-calendário de 2002, mas apurou prejuízo no balanço anual, razão pela qual compensou o IRPJ devido em 2003 com os valores recolhidos como estimativa em dezembro de 2002.

A Delegacia de Julgamento (Acórdão 12-38.355 - 8ª Turma da DRJ/RJ1, e-fls. 93/96) julgou a manifestação de inconformidade improcedente, por entender que o pagamento de estimativa mensal somente se caracteriza como indevido ou a maior quando efetuado em montante superior ao calculado para o mês (e que tal excesso não ficou comprovado nos autos) com fundamento na legislação tributária; e que a regra geral é no sentido de que o contribuinte leve os valores recolhidos a título de estimativa à composição do saldo do IRPJ/CSLL apurado em 31 de dezembro. Em assim sendo, o recolhimento de estimativas mensais, exatamente nos valores calculados segundo os critérios determinados pela Lei nº 9.430/1996, não pode ser considerado, a priori, como pagamento indevido ou a maior, mesmo quando haja apuração de prejuízo fiscal ao final do exercício (este sim passível de repetição).

Cientificada da decisão de primeira instância em 13/08/2011 (e-fl. 100) a Interessada interpôs recurso voluntário, protocolado em 06/09/2011 (e-fl. 102), em que repete os argumentos da manifestação de inconformidade.

Voto

Conselheiro Lizandro Rodrigues de Sousa - Relator

O recurso ao CARF é tempestivo, e portanto dele conheço.

Não cabe o pleito do contribuinte para comprovar nestes autos (mesmo que através de escrita contábil) eventual saldo negativo de IRPJ no ano calendário em questão, pois o litígio posto nestes autos é a procedência ou não do pagamento do IRPJ por estimativa no mês 12/2002. Ou seja, requerer crédito diverso correspondente a eventual saldo negativo de IRPJ no ano calendário deveria ser posto em outro procedimento administrativo, respeitado o prazo prescricional (art. 168 do CTN).

Cabe assinalar que o reconhecimento de direito creditório contra a Fazenda Nacional exige liquidez e certeza do suposto pagamento indevido ou a maior de tributo (art. 74 da lei 9.430/96 c/c art. 170 do CTN). Desta forma fazia-se necessário demonstrar para a autoridade julgadora de primeira instância a exatidão das informações referentes ao crédito alegado (IRPJ estimativa do período de apuração dezembro de 2002) e confrontar com análise da situação fática referente aquele mês, de modo a se conhecer qual o tributo devido no período de apuração e compará-lo ao pagamento declarado e comprovado.

Ou seja, o pagamento de estimativa mensal somente se caracteriza como indevido ou a maior quando efetuado em montante superior ao calculado para o mês com

Processo nº 15374.901522/2008-15
Acórdão n.º **1001-000.960**

S1-C0T1
Fl. 123

fundamento na legislação tributária. O fato do contribuinte eventualmente ter apurado prejuízo fiscal e saldo negativo IRPJ no ano calendário 2002 não torna os pagamentos de estimativa indevidos, eis que efetuados em obediência à legislação de regência.

Pelo exposto, voto por negar provimento ao recurso.

(Assinado Digitalmente)

Lizandro Rodrigues de Sousa